

## **VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO CONTROLE SOBRE OS TERRITÓRIOS:**

### **Reflexões sobre o Vale do Ribeira**

*Gláucia Marques, Miriam Nobre, Sheyla Saori e Vivian Franco<sup>1</sup>*

A proposta deste artigo é abrir a reflexão com as mulheres camponesas, quilombolas e indígenas do Vale do Ribeira sobre a violência contra as mulheres rurais na região. Por meio da violência sexista é exercida a subjugação e o controle das mulheres por parte de homens, conhecidos ou não, que as consideram como “coisa” e não como seres humanos com vontades próprias. O artigo parte de duas hipóteses. A primeira, de que a violência contra as mulheres, embora seja universal, tem características próprias conforme a classe e a raça daquelas que a vivenciam. Esta hipótese foi desenvolvida por Ana Paula Portella Gomes ao analisar contextos de pobreza, precariedade e violência urbana em sua tese de doutorado (Gomes, 2014). A segunda é de que a violência contra as mulheres é intimamente relacionada ao território onde se materializa. O controle sobre os territórios, de modo a subordiná-los à reprodução do capital, só é possível porque se realiza em sociedades patriarcais e racistas. Esta percepção vem da experiência de construção da 3ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) que contou com ações em regiões de conflito armado, na Colômbia e República Democrática do Congo. Nessas situações, era evidente a instrumentalização do corpo e da vida das mulheres por todos os atores armados envolvidos, bem como a violência sexual como arma de guerra.

Para seguir debatendo sobre estas hipóteses, organizamos relatos de vivências quanto ao território, à memória, às manifestações cotidianas. Ainda que não aborde todas às dimensões envolvidas, pretendemos que este seja apenas um ponto de partida que deve desdobrar-se na análise do atual contexto. Como diz a escritora Eliane Brum, “tudo acontece primeiro na periferia” (BRUM, 2017).

---

<sup>1</sup> As autoras compõem a equipe técnica da SOF Sempre Viva Organização Feminista.

“Quem circula na Amazônia e outras partes distantes dos centros de decisão sente a tensão crescente, palpável nas ruas, no campo, na floresta e nos rios, porque sempre que parcelas da sociedade percebem que ficarão impunes, o ténue equilíbrio se quebra primeiro lá. E de forma mais direta, porque seus protagonistas disfarçam menos a truculência. É assim que os mais frágeis morrem primeiro.” (Brum, 2017)

## **TERRITÓRIO**

Em uma oficina com mulheres de Barra do Turvo e Cajati, pedimos que elas desenhassem os bairros onde vivem, por onde circulam. Nessa atividade, nos chamou atenção o tamanho que a rodovia BR 116 tomava em suas representações. Quando tentaram unir os diferentes bairros tendo a BR como fio condutor, tiveram muita dificuldade em fazê-lo, até que algumas propuseram outras formas de conexão: o rio, o vale, a montanha. A BR que, em geral, aparece em grupos de agricultores de forma positiva como rota de comercialização, para as mulheres também aparecia como uma barreira. Se a escola, por exemplo, estiver do outro do lado da BR, as crianças precisam cruzá-la todos os dias.

A BR 116, que é a principal via de acesso para o sul do Brasil onde transitam em torno de 25 mil veículos por dia, dos quais 70% são ônibus e caminhões, também é conhecida como rota de tráfico e exploração sexual de mulheres e meninas. É o que demonstra o depoimento de Priscila Siqueira, do Serviço à Mulher Marginalizada (SMM) à Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa de São Paulo sobre a pedofilia:

“Ao longo dessa rodovia existem numerosos postos de gasolina com bordéis, bares e ali pulula a exploração sexual. Alguns exemplos: uma das nossas educadoras viu sair de um caminhão uma menina de 12 anos. O motorista, um gaúcho, nossa educadora perguntou para ele se ele tinha filhas. Ele respondeu: Claro tchê, tenho três. Uma de 9, uma de 12 e uma de 16 anos.

Disse nossa educadora: E se alguém fizesse com uma de suas filhas o que o senhor acabou de fazer com essa menina, o que o senhor acha?

Ele ficou espantadíssimo e disse: Como? Minhas filhas, elas são crianças.” (ALESP, 2010)

A existência de um mercado organizado naturaliza a exploração das meninas, que se amplia para além da BR e de agressores forasteiros para o interior das próprias comunidades.

“A questão da exploração sexual lá se dá muito em cima da questão econômica. Relatos nos dão que no dia da aposentadoria dos idosos, as meninas de 12 e 13 anos os esperam para sexo oral para poder ter um dinheiro para levar para casa. Em Barra do Turvo. O pior Índice de Desenvolvimento Humano do Estado de São Paulo.” (ALESP, 2010, p. 38)

Os relatos indicam que a ocupação do território do Vale do Ribeira geralmente se inicia por ciclos econômicos de mineração e monocultivos (arroz, chá, banana, pupunha etc.). Os fazendeiros dispõem sobre os usos da natureza e da vida das pessoas a eles subordinadas. Uma expressão da impunidade com que os fazendeiros dispõem sobre o território são as frequentes pulverizações aéreas de agrotóxicos, com aviões que fazem manobras sobre comunidades, sem contar a deriva do veneno. Em maio de 2017, a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) de Registro organizou um ato para denunciar a impunidade frente a inúmeros feminicídios na região. Para mostrar a extensão do problema, elas buscaram notícias de jornais locais e começaram a rememorar histórias. Foi quando uma das ativistas compartilhou sua própria história.

*“Foi em 17/10/1986. Minha irmã de nome Angelita com 15 anos de idade acordava às 4:00, preparava a marmitta e pegava o caminhão para descer Rio abaixo e trabalhar num sítio de uma família japonesa de nome "Urashaki" na colheita e embalagem de abobrinhas. Com ela, sempre iam vários adolescentes, outra irmã e algumas vizinhas. Na véspera dos acontecimentos, segundo relatos de alguns trabalhadores, os patrões dispersaram os serviços da minha outra irmã, das senhoras e fizeram algo diferente, que foi fazer uma escala de apenas algumas poucas pessoas. Ao final da tarde, chegou a notícia que na hora do almoço ela foi tomar banho no rio e tinha se afogado. Os bombeiros e pescadores fizeram buscas e não encontraram. No dia seguinte pela manhã o corpo foi encontrado jogado em águas rasas com todos os sinais de desova, marcas de sangue e fortes indícios de que o corpo havia sido arrastado pelo chão. Minha família, quando foi fazer reconhecimento e ajudar a preparar o corpo, pôde ver que ela estava com o pescoço quebrado, as vestes rasgadas, um buraco enorme na nuca que cabia uns dois dedos, o nariz partido em dois, muitas marcas de unhas e mordidas pelo corpo. Na autópsia foi notado que não havia tomado água, o corpo não inchou e nem ficou roxo como os de afogamentos. Corria sangue limpo nos machucados. As pessoas e amigos de*

*trabalho nesse dia tiveram muito medo e aqueles que falaram para a família procurar fazer justiça foram ameaçados e foram embora da cidade. Com 16 dias, a família pediu exumação por peritos de São Paulo. Foram perseguidos e ameaçados. No dia marcado para a exumação se adiantaram à vinda da equipe e fizeram por conta deles. Ficamos sabendo por terceiros e meu padrasto correu até o cemitério constatando que estavam mexendo. O empurraram, ameaçaram e expulsaram do local.” (Depoimento de Débora Souza de Lima)*

A história de Angelita nos mobilizou a todas não só por estar próxima, mas porque demonstra como as trabalhadoras são submetidas violentamente à vontade dos patrões com a conivência da imprensa, da polícia, do judiciário, sob o silêncio temeroso da sociedade local. Resgatar a memória de Angelita nos ensina como a violência contra as mulheres se opera em sociedades profundamente hierárquicas e fortemente controladas. Tal condição de trabalhadora se aproxima da escravidão, em que o direito que os proprietários alegavam ter sobre o corpo das escravas “emanava da cruel dominação econômica e eram por ela facilitada” (Davis, 2016).

#### **MEMÓRIA: CONFLITOS AMBIENTAIS E AGRÁRIOS, MILITARIZAÇÃO E CONTROLE**

A criação em 1969 do Parque Estadual de Jacupiranga, com 150 mil hectares e extensão sobre seis municípios, se deu em razão do combate à guerrilha rural de Carlos Lamarca, nos contou uma liderança quilombola. O Parque foi criado com uma justificativa conservacionista que excluía as comunidades que haviam permitido que a biodiversidade a ser protegida existisse. Mas a expulsão das comunidades se prestava aos objetivos militares de derrotar a guerrilha e inviabilizar campos de treinamento tão próximos a dois centros urbanos. A Comissão da Verdade resgatou o uso de napalm e os intensos bombardeios realizados em Cajati e Barra do Turvo. Para além destas ofensivas, instalou-se na região o controle e a militarização do cotidiano das pessoas.

O relato nas Audiências Públicas da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo – Vale Ribeira nos aproxima até a repressão em torno às Unidades de Conservação nos anos 1980-1990. A humilhação da revista constante desde os *check-points* entre Palestina e Israel até a ação da polícia militar nas periferias das cidades têm

o propósito de mostrar quem manda e afirmar que as pessoas que ali vivem estão em situação provisória e graças à benevolência de quem manda.

“Eles entravam nos ônibus, que as mulheres estavam indo pra cidade, deixavam tudo no chão, as coisas das mulheres, e via se tinha carne de caça, lá dentro. E quando era no barco, que tinha barco perto do Rio das Pedras, que ia pra Iguape, e de Iguape, ia pro Rio das Pedras, pegavam, também, todas as coisas das mulheres – mochilas, bolsas, e várias coisas – despejavam tudo nos barcos, mas não tinha nada pra denunciar, isso foi de 1987 até 1992.” (Comissão da Verdade, 2014)

No entanto, pouco se sabe sobre como esta atmosfera de controle permanente organiza a vida das mulheres e provoca sofrimento. Nos relatos às audiências públicas, chama atenção a invisibilidade dos posseiros, quase nenhum nomeado, e a invisibilidade maior ainda das mulheres. As únicas duas referências a agressões contra mulheres apenas demonstram que quase nada ainda foi dito.

“O próprio Lamarca, contava que o casal de camponeses, que eram oito ou em seis – seis camponeses – teriam sido torturados, e o homem do casal foi morto; então, a gente precisa saber se isso é verdade.” (Comissão da Verdade, 2014)

“A família dele sofreu muito, que a mulher do Zé Mendes, prefeito de Registro – o Zé Mendes, mesmo, foi perseguido; a esposa dele sofreu, até, após o momento de ter um filho.” (Comissão da Verdade, 2014)

Os ataques contra as mulheres também evidenciam sua presença ativa nos conflitos agrários e ambientais da região. É o que resgata Elizabete Perosa em artigo que resgata a resistência de 40 famílias de posseiros em Sete Barras.

“As mulheres também foram fundamentais neste processo de resistência. Foram elas muitas vezes, juntamente com seus filhos pequenos, que garantiram a não destruição da casa. Os jagunços tinham por princípio enfrentar somente os homens, pois consideravam as mulheres fracas, e, portanto, desiguais. Elas, no entanto, sempre tiveram muita coragem e nunca abandonaram suas casas quando estavam ameaçadas pelos jagunços” (Perosa, 1992).

## **COTIDIANO MARCADO PELA VIOLÊNCIA SEXISTA**

Aquelas que acompanham contextos de conflitos armados já identificaram a normalização da violência contra as mulheres nas relações interpessoais. Comunidades que rejeitam vítimas de estupro ou escravidão sexual, maridos, irmãos e pais que violam e agredem suas companheiras e mulheres da família. Esta constatação veio à tona nos debates sobre justiça e reparação, centrados nos agentes armados sem considerar a violência doméstica como parte do problema.

A questão a pensar é se as marcas da militarização dos tempos da ditadura, o poder dos fazendeiros e controle da sociedade no Vale do Ribeira conformam a naturalização das agressões contra as mulheres e a tornam tão expandida. Em dezembro de 2016, a MMM de Registro realizou uma atividade para debater a violência contra as mulheres iniciada com a apresentação do documentário “Quem matou Eloá?”. Nesta atividade participaram várias mulheres rurais, inclusive mulheres de outros municípios que estavam na cidade para um seminário organizado pela SOF. Chamou-nos a atenção a maneira como várias delas estabeleceram conexões entre a situação extrema retratada – sequestro e feminicídio – com manifestações cotidianas de controle e violência. Por exemplo, expressando sua preocupação com as meninas e jovens que haviam ficado na comunidade, que usam roupa curta só porque é calor, mas que as torna vulneráveis, enunciando mecanismos sutis que as mulheres mais velhas utilizam para proteger as meninas.

As mulheres relatam uma permanente desqualificação do trabalho que realizam, de seu corpo, das ideias e projetos – que muitas vezes nem chegam a ser expressados.

*“De manhã até a hora de dormir é: isto não vai dar certo.”*

*“Fui vencida, meu marido colocou veneno porque achou que eu não tava dando conta de tirar o mato dos palmitos novos. Eu não tinha tempo mesmo por conta das crianças, entendo a decisão dele.”*

Em um bairro rural de Barra do Turvo, os maridos não deixaram as mulheres participarem de uma reunião no início da ATER porque, na reunião anterior, elas haviam chegado em suas casas depois deles.

A medicalização aparece como possibilidade de tocar a vida. Várias agricultoras relataram que quando começaram a participar das reuniões de mulheres deixaram de tomar antidepressivos. Médicos cubanos do Programa Mais Médicos atuando em Barra do Turvo detectaram como é estendido o uso de antidepressivos. Mulheres guaranis relataram que a ONG Médicos Sem Fronteiras traz para as aldeias muitos medicamentos e desconsidera as plantas medicinais tradicionalmente utilizadas.

A desqualificação das mulheres não se dá, portanto, apenas nas relações familiares, mas na relação com as instituições, que elas expressam como descaso:

descaso no fechamento de escolas rurais nas comunidades, descaso na prioridade para áreas de grandes fazendas na manutenção das estradas vicinais.

#### **AGORA NÃO VOA MAIS CHALEIRA LÁ EM CASA**

“Depois que começaram estas reuniões de mulheres, agora não voa mais chaleira lá em casa”. O depoimento desta agricultora revela a importância da auto-organização das mulheres para tirá-las de uma situação em que elas próprias já haviam incorporado a desqualificação. Elas se percebem de maneira diferente, se sentem apoiadas e com coragem para expressar projetos próprios e levá-los à frente. Se sentem apoiadas umas pelas outras, rompendo as barreiras que o patriarcado estabelece entre as mulheres.

O passo seguinte é colocar esta reflexão nas comunidades quilombolas e bairros rurais de modo que todas e todos que a integram possam reconhecer o problema da violência contra as mulheres como um problema de todos e construir formas de superá-la. A defesa do território, para além do acesso à terra, à água e à biodiversidade, se refere ao direito de uma forma particular de relação – que inclui o uso – deste território. Também implica nas relações entre as pessoas que ali convivem, para que estas sejam respeitadas entre si.

Outra dimensão se refere à capacidade do Estado de garantir a segurança das mulheres por meio de políticas públicas de prevenção e justiça e de reparação às vítimas. Nas pequenas cidades do Vale, não se chegou a estruturar alguma forma de atenção, atribuída aos Centros de referência da Assistência Social (CRAS). Atualmente, os agentes da assistência social são designados para fiscalizar as famílias quanto ao enquadramento no programa Bolsa família. Para isso, visitam as casas, fotografam notas fiscais, equipamentos domésticos, entrevistam as mulheres buscando informações que possam justificar sua exclusão. A polícia ambiental também volta a estar presente, indo nas comunidades, fazendo autos de infração até mesmo de quilombolas com autorização para abertura de roça. Antes o feijão e o arroz eram plantados nos sistemas tradicionais agroecológicos de coivara, mas agora têm que ser comprados do agronegócio nos supermercados.

O Estado, que se dizia incapaz de prestar assistência nos casos de violência doméstica por falta de pessoal e estrutura, agora está bastante presente para controlar, criar um ambiente que desestimula o plantio e ao, mesmo tempo, retirar a segurança de um benefício que lhes permite conviver com as incertezas da agricultura.

A confiança necessária para que as mulheres denunciem situações de violência e acompanhem o desenrolar dos processos judiciais está comprometida no atual contexto. Para que elas se sintam fortalecidas e apresentem suas demandas ao Estado, a relação de confiança deve ser construída nas comunidades. Para isto a luta pela defesa dos territórios – terra, água, biodiversidade – e das formas próprias de gestão das comunidades tradicionais e camponesas deve incorporar a consigna por um território livre de violência contra as mulheres.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ALESP). Relatório Final dos Trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato n.º 12, de 2010, com a finalidade de “investigar o crime de pedofilia no Estado e suas conexões com outros estados e países”. São Paulo: ALESP, 2010.

BRUM, Eliane. Cotidiano de exceção. Como lutar pela democracia aprendendo sobre a tirania. El País edição de 29 de maio de 2017.

[http://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/29/opinion/1496068623\\_644264.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/29/opinion/1496068623_644264.html)

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. Relatório - Tomo III - Audiências Públicas da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo - Vale do Ribeira – SP. São Paulo: Comissão da Verdade, 2014.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

GOMES, Ana Paula Portella. Como morre uma mulher? Configurações da violência letal contra mulheres em Pernambuco. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES (MMM). Em defesa dos territórios e da autonomia das mulheres. Manifesto do Vale do Ribeira. 4ª ação internacional 2015 <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/em-defesa-dos-territorios-e-da-autonomia-das-mulheres-manifesto-do-vale-do-ribeira/>

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES (MMM). Paz e desmilitarização. Campo de ação da 3ª ação internacional 2010 <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/paz-e-desmilitarizacao/>

PEROSA, Elisabete. A violência no campo e a luta pela posse da terra no Vale do Ribeira, São Paulo. In Reforma Agrária 22, jan-abr 1992. Campinas: ABRA, 1992.